

Editorial

As atividades humanas, desde que aprendemos a usar a lança e a dominar o fogo, vem causando impactos, em níveis variados, aos diferentes ecossistemas que conformam o nosso planeta. Essas contínuas e crescentes agressões, em especial após a era industrial, acabaram por causar gravíssimos problemas ao ambiente natural, tanto terrestre quanto marinho, e a comprometer os processos ecológicos essenciais e a prestação de serviços ambientais, essenciais à sobrevivência de todas as espécies, inclusive dos seres humanos.

Mudanças no clima, escassez hídrica, desertificação e perda em massa de espécies vivas são apenas alguns dos efeitos desses contínuos impactos, que comprometem não apenas as condições para a existência da vida, mas também, de forma mais imediata, as condições para uma boa qualidade de vida no planeta para a maior parte das sociedades humanas. Ao tratarmos especificamente da crise de biodiversidade, é necessário ressaltar, por um lado, a fragmentação de *habitats*, causada pelas mais diversas razões, como a construção de estradas, a conversão de áreas com vegetação nativa em monoculturas, a expansão de cidades, as obras de infraestrutura, dentre outros. Por outro lado, atividades humanas podem ameaçar a biodiversidade ao provocarem o esgotamento de recursos, como é o caso da sobrepesca, ou ainda gerarem poluição e devastação como a exploração mineral.

Não é possível precisar o número de espécies vivas existentes na Terra. Os cientistas divergem sobre essa estimativa, que varia de 30 a 100 milhões de espécies, dependendo da metodologia utilizada para se realizar esse cálculo. Todavia, não há divergência sobre a extinção em massa de espécies que vivenciamos atualmente, apenas comparável a alguns poucos eventos que ocorreram desde o surgimento da vida, como o que acarretou a extinção dos dinossauros, por exemplo. A diferença é que, dessa vez, a causa não é natural, mas sim os impactos que as diferentes atividades antrópicas acarretam.

Da mesma forma que não é possível ainda precisar a quantidade exata de espécies vivas, também não se consegue, com as tecnologias e recursos disponíveis, ter uma exata noção de quantas espécies desaparecem num determinado período de tempo, mas as estimativas vem girando em torno de uma espécie viva por hora, para os mais otimistas.

A consequência desse desastre para os seres humanos é a falência dos ecossistemas planetários, que dependem da cadeia da vida para funcionar e para prestar serviços ecossistêmicos essenciais. A cada espécie perdida, rompe-se mais um elo dessa corrente, que acaba por levar o ecossistema ao colapso, colocando em risco a nossa e todas as demais espécies.

Por isso é tão importante cuidar da vida. Cada espécie viva que compõe a nossa rica biodiversidade integra esse vasto quebra-cabeça, que vai se tornando desfigurado na medida em que cada vez mais peças são perdidas.

As sociedades humanas, alertadas pela comunidade científica, vem buscando soluções para o problema, o que culminou com a Convenção sobre Diversidade Biológica, aberta à assinatura em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92), e os sucessivos protocolos, frutos das Conferências de Partes que vêm ocorren-

do desde então. Nada disso, contudo, mostrou-se eficaz e, o ritmo de perda de espécies não foi controlado. Por isso, providências adaptadas à realidade local de cada comunidade são urgentes, pois é a forma de relacionamento entre as diferentes sociedades humanas e o ambiente natural que as cerca que determina formas mais ou menos sustentáveis de vida. Projetos, programas e políticas devem sempre ser formulados do local para o global, a partir de soluções viáveis que conjuguem a melhoria na qualidade de vida e o combate à pobreza com a melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, o combate à extinção de espécies.

Para tanto, cooperação entre países ricos e pobres, e, no plano interno, entre Estado e coletividade, são essenciais. Pensar problemas e soluções em conjunto e em nível local é a única forma de se tentar chegar à solução dos problemas ambientais, o que, necessariamente, envolve educação e conscientização. Daí a complexidade da questão tratada nesse volume da Revista de Direito Internacional, que perpassa problemas ambientais, econômicos, sociais e culturais, e requer a compreensão da complexidade e da fragilidade da vida para se chegar a qualquer solução efetiva.

Márcia Dieguez Leuzinger

Solange Teles da Silva

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico
www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.